

**Sonia Maria Maltez Fernandes**

Mestre em Educação (UERJ). Professora da Faculdade de Educação da UERJ. Diretora do Instituto Helena Antipoff, órgão responsável pela Educação Especial no Município do Rio de Janeiro.

## ENTREVISTA



INES

ESPAÇO

JUN/97

55

# A proposta de Educação Especial do Município do Rio de Janeiro

**1 ) Gostaríamos que você fizesse um breve histórico sobre a política de inclusão no âmbito do Município do RJ.**

**SM** - Na realidade, o município sempre teve como proposta a questão da integração. Depois eu quero estabelecer a diferença entre integração e escola inclusiva. Uma vez ouvi uma palestra da Rosita e ela definiu muito bem essa questão da integração: "Não existe integração por decreto" (Rosita Edler). Uma coisa é o desejo que você tem, enquanto professora de educação especial, de integrar; outra coisa é a efetivação disso. Há uma diferença entre a vontade, o desejo, a proposta, o decreto e o processo vivenciado verdadeiramente. Então o que a gente conseguiu perceber ao longo do tempo é que o município sempre teve uma proposta de educação inclusiva, entretanto essa proposta estava restrita aos profissionais da educação especial, que por vontade ou percepção da importância da integração, trabalhavam com esse objetivo. Conseqüentemente, foram montadas classes especiais, o

que não deixa de ser uma modalidade de integração, ainda que um pouco mais restrita; e ainda salas de recurso para apoio aos alunos integrados em classes regulares. A grande questão é que esse movimento era de um grupo da educação especial, não da educação como um todo. Então, havia aquele forte desejo, aquela preocupação de integrar os alunos nas escolas regulares dentre os quais, alguns deles já estavam fazendo parte desse quantitativo. Agora o grande problema: que profissionais estavam envolvidos nessa questão? Foi então que percebemos que eram apenas os profissionais da educação especial (...). Eu acho que essa é a marca da diferença de propostas de integração e educação inclusiva. Quando se fala em educação inclusiva, estamos falando de uma educação que integra realmente qualquer tipo de aluno; não é só o aluno portador de deficiência, é qualquer tipo de aluno; é a educação voltada para a diversidade. Quando se fala em integração, estamos sempre pensando nesse movimento, que na verdade é de fora para dentro. Um movimento

de um grupo que acredita, que vê a importância nesse processo, mas que permanece sendo um grupo isolado. Nossa preocupação foi, antes de tudo, de começar a viver um processo dentro da Secretaria onde os demais profissionais também estivessem envolvidos: desde um nível central até a escola. E foi, então, a partir daí que começamos a propor um processo de descentralização através das Coordenadorias Regionais de Educação. Na realidade, o Instituto Helena Antipoff quando propunha a integração ou quando apresentava qualquer outra proposta da educação especial, mantinha uma relação direta com as escolas. Propusemos, então, colocar a educação especial no interior de todas as propostas da Secretaria Municipal de Educação e, claro, eu acho que a grande vantagem nesse momento foi a Secretaria Municipal de Educação ter assumido essa educação inclusiva como uma de suas metas prioritárias. Vale lembrar que este processo encontra-se em construção.

**2 - Você está colocando a importância de uma pessoa**

da educação geral, no caso a Secretária de Educação Municipal, ter assumido esse tipo de encaminhamento diferente de quando era apenas um grupo da educação especial que tentava. É essa marca que você está querendo acentuar?

SM - Eu acho importante que a Secretária de Educação tenha esta meta como prioritária. E de que todos os profissionais sejam responsáveis pela integração e não apenas os que atuam na educação especial.

**3 - Como isso vem sendo viabilizado?**

SM - Eu não posso dizer para vocês que nós estamos vivendo às mil maravilhas, que isso acontece em todas as escolas e que já é uma coisa assumida de uma forma geral. O que se percebe, na realidade, é que já se fala nos diferentes níveis, na importância dessa educação inclusiva. No que se descentralizou o serviço através das dez Coordenadorias Regionais de Educação, o Helena Antipoff saiu não mais para ir direto à escola, mas tenta construir esse processo junto às CREs e leva às escolas, então, uma proposta que já não é só do Instituto Helena Antipoff, mas da Secretaria Municipal de Educação como um todo. É muito interessante quando ouvimos um profissional que trabalha no nível intermediário (nas CREs), falando da importância da educação inclusiva, trabalhando em prol dessa questão. Acho que esse é um grande ganho:

CREs, diretores e professores buscando uma proposta real de integração. Quero destacar, no entanto, que na construção deste processo tem havido uma dedicação e um esforço enorme dos profissionais do Helena Antipoff.

**4 - Qual é a avaliação que você tem de todo esse trabalho que acabou de descrever com relação aos êxitos, os fracassos da pessoa surda nesse processo de integração? E como o professor que recebe crianças surdas tanto na classe especial, quanto na classe comum lida com essa proposta de integração?**

SM - Fica um pouco difícil para mim estar localizando nesse momento como o aluno se sente nesse processo todo. Em relação aos profissionais, não há como estabelecer uma diferença dos alunos com surdez para os outros alunos. Eu acho que os problemas e os êxitos que se vivenciam são semelhantes. As questões que o professor levanta são mais de ordem econômica ou até funcional do que propriamente questões de dificuldades de lidar com esse aluno. Esse ano tomaremos como prioridade o trabalho com o professor que tem aluno integrado, a fim de dar um pouco mais de ajuda a esse professor. O argumento que ele utiliza sempre é: "eu ganho pouco prá estar lidando com essa diversidade de alunos"; também pondera a questão das turmas grandes... "Como é que eu ainda vou

atender a esses alunos?" Entretanto, estes argumentos não são usados pela totalidade dos professores.

**5 - Mas isso de fato é um problema, turmas grandes...**

SM - Eu não sei se isso de fato é um problema, porque, na realidade, de CRE para CRE, há uma diferença no quantitativo das turmas. Apesar de que a diferença não é tão significativa, não são turmas assim tão grandes.

**6- Qual é a média, Sonia?**

SM - A média é de 35 a 40 alunos por turma. Entra aí a questão de que o professor necessita se apropriar de uma outra metodologia de trabalho; na medida em que trabalha de forma diversificada, ele vai conseguir dar conta dessa diversidade. O problema é que, quando você tem apenas uma proposta para 40 alunos, um sentadinho atrás do outro, dentro daquele processo muito mecânico, fica difícil...

**7- Sonia, com relação à diversidade, mesmo numa classe onde não haja essas diferenças, ouvintes/surdos, videntes/cegos, por exemplo, teremos uma diversidade muito grande e é recomendável o trabalho diversificado. Cada um tem um processo diferente do outro para aprender. A nossa preocupação com a diversidade, no caso dos surdos, é a diversidade lingüística. Se para o surdo é adquirir o conhecimento na língua portuguesa oral, como isso está sendo feito, facilitado?**

SM - Eu acho que a grande questão é a concepção que a

gente tem de trabalho lingüístico com o surdo. Embora o município sempre tenha tido uma postura que a gente poderia chamar de oralista, o que se tenta nesse momento é discutir uma educação bilíngüe. Eu acho que essa questão da dificuldade que seria para esse aluno estar partilhando com os demais da educação integrada é um pouco minimizada na medida em que o trabalho todo está voltado para a apropriação de língua portuguesa oral. Então eu acho que há aí um processo facilitador.

**8 - Quando você fala em educação bilíngüe, está supondo que o professor saiba língua de sinais?**

SM - O professor de turma regular? Não. O encaminhamento que a gente vem fazendo é o seguinte: é o direito que acreditamos que o aluno surdo tenha de se apropriar de ambas as línguas para poder estar nos diferentes momentos de vida dele, tendo acesso à comunicação, podendo partilhar com as pessoas de uma forma geral de um processo de interlocução efetivo. Se ele está lidando com ouvintes e ouvintes que só falam e não gestualizam, é importante que ele tenha feito a apropriação dessa comunicação oral.

**9 - Quando você fala numa proposta ou numa intenção de se promover uma educação bilíngüe, você estaria falando exatamente de quê?**

SM - Eu não estou pensando apenas na vivência dentro da escola. Eu estou pensando numa vida em sociedade de forma integrada. Então se esse surdo, por exemplo, vai a um Seminário, Congresso, ele precisa, obviamente, de ter construído essa língua de sinais, porque caso ele tenha um intérprete ali para ele, será muito mais tranquilo. Estou falando num plano ideal, porque você vai aos Congressos, em geral, e não vê o intérprete presente. Se ele vê um jornal na televisão e tem intérprete, facilita muito mais o entendimento dele e esse trabalho é a nível ideal, porque, na realidade, a gente quase não tem esse tipo de coisa. Eu vivencio isso 24 horas por dia, porque tenho um filho surdo. Durante o telejornal, por exemplo, ele entende uma série de coisas que estão sendo ditas através de leitura labial, mas quando a voz fica em *off*, eu tenho que interpretar uma série de coisas para ele. Então, eu acho que no dia que conseguirmos superar essas dificuldades que são mais de ordem política propriamente, tudo será mais fácil.

O outro ponto seria a questão da formação de conceitos. Eu acho que, de alguma maneira, a Língua de Sinais facilitaria a construção de conceitos. Dessa forma tomaríamos a língua não apenas no aspecto de comunicação, mas no aspecto de constituição verdadeira de pensamento. Daí porque falamos numa educação bilíngüe.

**10 - Exatamente por tudo que você disse, não seria**

**importante que esse professor que lida com surdo conhecesse, minimamente, a língua de sinais? Você não acha que o surdo poderia abreviar, acelerar seu percurso de aquisição de conhecimentos, se as pessoas que trabalham com ele soubessem sua língua?**

SM - Veja bem: alguns professores têm conhecimento dessa língua, mas quando eu digo que a gente está começando um processo em que discutimos a importância dessa educação bilíngüe, por enquanto é muito com a preocupação de que ele exerça seu direito de se apropriar da língua de sinais e de que a gente comece a perceber num futuro, que acreditamos próximo, uma realidade em que ele poderá, nos diferentes espaços, vivenciar as duas línguas. Agora, em relação à questão da importância do professor ter domínio da língua de sinais, o que podemos verificar, hoje, é que aqueles que têm domínio dessa língua não nos revelam, em momento nenhum, que esses alunos, mesmo aqueles que têm domínio dessa língua, se apropriem do conhecimento e que conseqüentemente abra a possibilidade de conceituação dele mais do que os demais. Isso aí é uma questão que vamos tentar estudar agora. Temos uma questão que eu acho que é grave: eu não gostaria de tomar nunca a língua de sinais como muleta para alçarmos a língua portuguesa. O que vemos em algumas práticas, é que na escola, nos propomos a desenvolver

a língua portuguesa, mas quando o aluno tem conhecimento da língua de sinais e o professor também, há um reducionismo nesse processo. Ambos se comunicam só através de língua de sinais. Aí a apropriação da língua portuguesa fica a-desejar. Eu tenho tido experiências em outros estados, inclusive onde dou consultoria e verifico uma apropriação muito forte da língua de sinais e tanto por parte do professor quanto do aluno, há uma redução significativa de apropriação de língua portuguesa tanto oral quanto escrita. Considero assim que a língua de sinais não é um passaporte para que ele se aproprie dessa língua portuguesa. É importante que o professor conheça língua de sinais, porque o aluno gestualiza e ele consegue interpretar esse gesto e transformá-lo em língua portuguesa; caso contrário, vamos cair, de novo, num processo de mescla de línguas, e então, não estaremos fazendo nem uma coisa, nem outra.

**11 - Como fica essa questão do aluno surdo nas classes especiais e no ensino regular? Como é essa dinâmica?**

**SM** - O portador de deficiência tem matrícula prioritária na rede. É matriculado e vai para a classe especial.

**12 - E quando não há número de alunos suficientes da mesma faixa etária para formar classe especial?**

**SM** - Número sempre tem e a classe é aberta e pode ser multisseriada (de 1ª a 4ª). A

classe especial é uma passagem do aluno surdo para a educação regular. Temos ainda a preocupação de que o aluno se alfabetize em classe especial. É uma questão que vimos discutindo. Caso o aluno já tenha tido um trabalho anterior, ele será inserido em uma classe regular.

**13 - Nessa classe especial, só há o professor ou você conta com outros técnicos como fonoaudiólogos?**

**SM** - O município não lida com técnicos, só com o professor.

**14 - E a classe especial só tem surdos?**

**SM** - Nós temos classes especiais para diferentes deficiências. A classe especial para surdos só tem surdos; há outra só para deficientes visuais; outra para condutas típicas; outras para alunos portadores de retardo mental. São várias modalidades de classe especial para as diferentes áreas. Não tem uma classe especial que congregue diferentes áreas; as áreas são separadas.

**15 - Levando em conta experiências de sucesso com alunos surdos em escolas regulares privadas e também todas as variáveis positivas que cercam esses alunos, que pistas tais escolas podem nos oferecer para um trabalho de qualidade nas classes e escolas especiais?**

**SM** - O que temos que evi-

denciar é que o aluno das escolas regulares é trabalhado por diferentes profissionais e que contam, inclusive, com o apoio da família. Mesmo assim, diante do menor problema, essas escolas param para avaliar se vale a pena continuar. Acho que não é tão tranquilo assim. A rede pública, no caso, tem muito mais garra.

**16 - Qual o resultado em termos de terminalidade do aluno surdo da rede municipal?**

**SM** - Hoje, estamos discutindo esta questão em relação a todos os alunos, ouvintes ou surdos. Existe uma série de variáveis que interferem nesse processo de conclusão e terminalidade na vida de qualquer aluno. Existe a variável trabalho: muitas vezes o aluno abandona a escola porque ele quer ou precisa trabalhar. Muitas vezes também a escola acaba procedendo de uma forma, até certo ponto, injusta com o aluno durante a avaliação. Como conseqüência, temos o problema da repetência e conseqüentemente da evasão escolar em função dessa repetência. Por isso, temos trabalhado muito a questão da avaliação dentro das escolas. Avaliando os surdos dentro desse processo, nós iremos verificar que não é uma questão isolada da pessoa surda, mas, sim, de um grupo que é o alunado que compõe a rede e que muitas vezes não conclui o ensino fundamental. A rede é responsável pelo trabalho

até a 8ª série. O 2º grau pertence ao Estado e para analisarmos um possível sucesso desse aluno no vestibular, teríamos que analisar a situação de saída dele do município, o ingresso no 2º grau e saída, com sucesso, dessa escola do 2º grau rumo à universidade. E essa é uma grande questão.

**17- Você avaliaria que esses meninos surdos que concluem a 8ª série estariam mais ou menos nas mesmas condições pedagógicas que os colegas ouvintes?**

**SM** - Eu acredito que sim. Só existe uma questão que é o fato de estarmos procurando trabalhar nesses últimos anos com base numa outra concepção, viabilizando uma linguagem significativa e procurando fortalecer a produção escrita do aluno surdo pois, neste sentido, ainda há muito a realizar.

**18 - Agora, em termos de aquisição de outros conhecimentos como matemática, história, geografia, etc, você avalia que os surdos estariam em igualdade em relação aos ouvintes?**

**SM** - Eu acho que não, existem diferenças significativas, a ponto de se dizer que porque esse aluno é surdo, aprendeu menos. O grande problema é que acabamos olhando o sujeito pela deficiência que ele apresenta. Atualmente, temos mudado o enfoque dessa questão, a nossa preocupação,

hoje, não é discutir a deficiência em si, isto é, possíveis limitações. O sujeito surdo não tem limites. Para nós ele tem necessidades. Daí o conceito de necessidades educativas especiais, que algumas pessoas entendem como uma mudança de terminologia, mas não é assim, é a mudança de um olhar. Pois quando se fala em necessidades educativas especiais, imediatamente a gente está pensando em quê? Na análise dessas necessidades e na resposta educativa que a escola tem que dar a essas necessidades. Neste sentido, o aluno pode ser surdo, pode ser cego, pode ter um retardo mental, pode ter o problema que for, o importante é conhecer as necessidades, e enfim, promover adaptações curriculares que atendam a essas necessidades.

**19- Qual o papel da escola especial?**

**SM** - Hoje em dia, a gente não acredita mais que a escola especial seja um lugar para colocar aquele aluno que não tem condições de estar numa escola regular, porque em princípio todo aluno teria condições de estar na escola regular. No entanto, a grande questão da escola regular é ela ter condições de promover essas adaptações curriculares que são necessárias. Quando ela não se vê com possibilidades de fazer isso, eu sou obrigada a manter estes alunos na escola especial até que as escolas regulares estejam prontas para receber todo e qualquer aluno. Então, a escola especial

não é aquela que vai receber os alunos com uma deficiência mais grave, isso não existe para nós hoje, ela está com um grupo de alunos lá dentro apenas porque a escola regular ainda não consegue dar conta de promover adaptações curriculares suficientes para atender aqueles alunos, e aí eu vou falar daqueles casos de múltipla deficiência sim, onde a adaptação de acesso é difícil em algumas escolas. Outras já o fizeram. Já contornaram essa situação. Outras não. Então eu tenho, por exemplo, escolas que só têm lugar para abrir sala no 3º andar e eu tenho múltiplo deficiente com uma paralisia cerebral numa fase de adolescência; eu posso matricular naquela escola? Não. Naquela região onde ele mora, o único lugar onde ele vai se beneficiar de um trabalho é dentro da escola especial. Não que a deficiência dele seja muito grave. Não é a deficiência que é o impedimento; são as adaptações que a gente promove, os recursos que a gente dá. Nós temos que analisar, na realidade, é o trabalho em termos de escola que a gente desenvolve, seja o professor que atende, seja a escola como um todo, seja a Secretaria a nível central.

No Helena Antipoff, o que a gente precisa mais saber é conhecer e o que fazer no sentido de atender a esse grupamento de alunos. E mais, a escola especial, hoje, na rede, vivencia uma outra modalidade de integração: integração

ao inverso. Se os alunos não vão interagir com os demais dentro da escola regular, eu trago turmas regulares para dentro da escola especial, e esse é um processo que vem dando muito certo.

**20 - Então, a educação especial não é a terminalidade. O aluno vai para lá e fica para sempre?**

SM - A idéia é sempre integrar. O olhar é sempre em direção ao processo de educação inclusiva.

**21 - E em relação à formação do profissional nesta perspectiva?**

SM - Nós temos um quantitativo pequeno de professores que já chegam com alguma formação. A maior parte dos professores fazem formação em serviço. A gente abre o ano com um seminário grande, onde um professor lida com uma temática, por exemplo, como foi esse ano (ALFABETIZAÇÃO). Vê Alfabetização de uma forma ampla durante três dias e, dois dias naquela área mais específica, onde ele atua. O que a gente tem verificado é que é necessário que, antes do início do ano, você esteja trabalhando com os professores novos que chegam, porque são professores da rede. Alguns apontam a vontade ou tentam, de alguma maneira, sair do ensino regular e ingressam no ensino especial. Então, na realidade, o que faremos esse ano é estar no 2º semestre promovendo cursos voltados para as diferentes áreas.

E esses professores vão ter a oportunidade de fazer esses cursos no final do ano, para quando chegar no seminário do início do ano, eles já entram junto com os demais nas discussões, da sua área mais específica, mas basicamente, é treinamento em serviço.

**22- Periodicamente ele tem alguém assessorando, ele tem ajuda?**

SM - Ele tem consultoria, cursos, tem visitas à sala de aula.

**23 - Você acha possível que as escolas tratem o ensino de língua portuguesa para surdos tal como tratam para ouvintes?**

SM - Eu acho que a gente não pode ter como regra ensinar o surdo dessa maneira, e os ouvintes de uma outra maneira; eu volto à questão das necessidades: o que é necessário pra esse ou aquele sujeito. Eu não gosto das leis gerais.

**24- Nós estamos nos referindo aos surdos cuja aquisição de língua oral está extremamente dificultada pelo grau de surdez.**

SM - Mesmo dentro desse grupamento de surdos. Que surdos são esses? Que pessoas, concretamente, são essas? Já lidei com surdos numa escola que só trabalhava com surdos

severos e profundos, os demais estavam integrados na rede com apoio de fonoaudiólogos. Eles eram alunos diferentes e as necessidades que eles apresentavam eram extremamente diferentes. Agora, eu acho que isso tudo depende primeiro de uma inserção sem dúvida alguma que é familiar, isto é, como a família lida com isso, que qualidade de interlocução esse sujeito tem em sua casa e que qualidade de interlocução ele tem na escola. Uma coisa que eu sempre discuto no Instituto Helena Antipoff é a questão de que o aluno surdo, na maioria das vezes, é muito passivo nesse processo, diferente do ouvinte... Daí, porque eu acho que a gente não sabe trabalhar língua com o aluno. Qual o sucesso grande que a língua de sinais tem? Ele aprende a língua de sinais com quem? Com outros alunos e ele vivencia o processo efetivo de interlocução na língua de sinais o tempo todo. Em que espaço um surdo vivencia a língua portuguesa tão intensamente quanto vivencia a língua de sinais, como aqui, ou em qualquer outra escola, que trabalhe com língua de sinais? Então, acho que a imersão do surdo nessa língua é o que a gente está revendo. Que

qualidade de interação é essa, que a gente está propiciando que não permite a ele se apropriar verdadeiramente da língua portuguesa. E se ele não mergulha na língua, ele nunca vai se apropriar dela.

## **25 - Como funciona o trabalho na sala de recursos?**

SM - A sala de recursos a gente não vê como local onde o aluno vai fazer estudo dirigido. Ele vai trabalhar aspectos onde ele apresenta uma dificuldade maior. O professor de turma regular aponta qual o conceito que deve ser melhor explorado, com um pouco mais de profundidade, onde ele vai trabalhar a questão de produção escrita e a parte auditiva também. Então, a sala de recursos é uma sala que vai estar fornecendo a ele, determinados recursos que são importantes para que ele, cada vez mais, se aproprie dos conhecimentos que fazem parte do currículo da escola.

## **26 - E a sala de recursos funciona geralmente na própria escola e em horário inverso?**

SM - Em horário inverso.

## **27 - O agrupamento é fei-**

**to por especificidade de deficiência, também?**

SM - É.

## **28 - E o número de alunos por turma?**

SM - Varia muito.

## **29 - Mas não chega a ser o número de classe regular?**

SM - Não.

## **30 - Como é feita a estimulação auditiva que é específica do surdo? Ela é feita na sala de recursos?**

SM - É.

## **31 - E ela é feita pelo próprio professor? Não existe um profissional específico?**

SM - Quem faz essa parte é o professor da sala de recurso, com aparelhagem. Ele tem um tema ou uma história. Uma determinada história trabalhada pelo professor da turma regular. O professor, então, vai discutir mais, com mais tempo, com aquele aluno, aquela história.

Então, no interior da história, ele vai pensar no trabalho com as diferentes áreas, porque o processo é interdisciplinar. Então, a gente nunca vê língua portuguesa, matemática, estudos sociais, ciências, em separado. O que a gente vai aproveitar é o texto coletivo, o li-

vro de história, um artigo do jornal ou um outro artigo qualquer. Dali a gente vai pinçar aspectos das diferentes áreas do conhecimento e vai aproveitar para estar trabalhando a parte auditiva do aluno, com base naquele texto. O trabalho auditivo faz parte de um todo interdisciplinar que é desenvolvido com o aluno, não é em um momento estanque que você vai desenvolver o trabalho auditivo. Ele deixa de ser mecânico dessa forma.

## **32- Para terminar ...**

SM - A gente fala muito em democracia, acho que a escola inclusiva é a oportunidade de efetivamente exercer a democracia em termos de escola, na medida em que se permita a todo e qualquer aluno a participação em uma educação de qualidade. Muitas vezes temos o discurso da democracia e nossa prática não corresponde a ela. Democracia é como o tema que está sendo colocado, hoje, pelo MEC: Educação para todos, mas uma educação para todos, efetivamente. Não é apenas o ingresso, mas a permanência do aluno na escola. Nada melhor do que lidar com a diversidade para a gente trabalhar em prol dessa diversidade, permitindo que a diversidade se aproprie, verdadeiramente, dos conteúdos escolares. Acho que essa é a função da escola.